

Os bairros “Antônio Dias” e “Pilar”: a comunicação antropocultural na toponímia de Ouro Preto – MG¹

The neighborhoods “Antônio Dias” and “Pilar”: the anthropocultural communication in the toponymy of Ouro Preto – MG

Fernanda Kelly Mineiro Fernandes
Universidade Federal de Minas Gerais
<https://orcid.org/0000-0001-5772-0496>
fernandakellymineiro@yahoo.com.br

Resumo: A linguagem se revela sobretudo na fala e na escrita, de modo que as concepções de mundo são expressas na medida em que características intrínsecas à história de um lugar, à cultura, ou ao povo são evidenciadas na língua, que é o veículo essencial na construção, mediação e transmissão de conhecimento. Mudanças culturais e sociais resultam em modificações nos usos vocabulares, de tal modo que unidades do léxico emergem, desvanecem e ressurgem com novas conotações. Uma vez que as palavras reverberam as práticas sociais, o léxico permeia a relação do homem com a sociedade e reflete as aquisições culturais de uma comunidade. O estudo da toponímia, no âmbito interdisciplinar, apresenta-se como uma forma de conhecer tendências culturais, sociais, políticas e religiosas de povos que ocuparam e denominaram os lugares do espaço físico ocupado e, assim, deram singularidade à ocupação. Por meio da análise dos nomes dos dois mais antigos bairros ouro-pretanos, “Antônio Dias” e “Pilar”, cujos primeiros povoados se formaram, no século XVII, em torno da extração de ouro na região, este trabalho tem como objetivo apresentar os resultados de uma pesquisa de Mestrado que buscou recuperar a memória cultural da cidade de Ouro Preto - MG. Tendo em vista a rivalidade plasmada entre esses bairros desde o surgimento dos primeiros arraiais, batizada com terminologia própria, que se estendeu até o aparecimento das irmandades, o que corroborou o surgimento de lendas e histórias transmitidas via tradição oral; elegemos, para a análise, esses logradouros que se unificaram e, em 1711, formaram Vila Rica, atual Ouro Preto. Constitui-se como um importante tema de pesquisa ao resgatar a história da cidade mineira setecentista, cenário e palco para diversos acontecimentos e transformações que legitimaram a constituição da sociedade brasileira.

Palavras-chave: Léxico, Toponímia urbana, Memória cultural, História, Ouro Preto.

Abstract: Language reveals itself mainly in speech and writing, so that world conceptions are expressed insofar as characteristics intrinsic to the history of a place, culture, or people are evidenced in language, which is the essential vehicle in the knowledge mediation, and transmission. Cultural and social changes result in modifications in vocabulary usage, in such way that lexicon units emerge, fade, and re-emerge with new connotations. Since social practices are reverberated by words, lexicon permeates man's relationship with society and reflects the cultural achievements of a community. The study of toponymy, within interdisciplinary scope, presents itself as a way to know cultural, social, political, and religious trends of peoples who occupied and named the places of occupied physical space and, thus, gave uniqueness to the occupation. Through the analysis of the names of the two oldest neighborhoods in Ouro Preto, “Antônio Dias” and “Pilar”, whose first settlements were formed in the seventeenth century around the gold extraction in the region, this paper aims to present the results of a Master's research that sought to recover part of the cultural memory of the city of Ouro Preto - MG. Considering the rivalry between these neighborhoods since the emergence of the first settlements, baptized with their own terminology, which extended until the appearance of the brotherhoods, which corroborated the emergence of legends and stories transmitted through oral tradition; For analysis, we elected these places that became unified, in 1711, and formed Vila Rica, today Ouro Preto. This is an important research theme as rescues the history of the eighteenth-century city of Minas Gerais, scene and stage for various events and transformations that corroborated the constitution of the Brazilian society.

Keywords: Lexicon; Urban Toponymy; Cultural Memory; History; Ouro Preto.

¹ A primeira versão deste artigo foi produzida como requisito para a conclusão da disciplina Onomástica, ministrada pela Professora Marcia Sipavicius Seide, da Unioeste, em 2021.

Introdução

Esta pesquisa está fundamentada na premissa de ser o léxico um recorte da realidade e, portanto, que reflete, sobretudo aspectos sociais, históricos, geográficos e culturais de uma sociedade. Este artigo tem como objetivo apresentar o resultado de uma pesquisa de Mestrado referente à toponímia de Minas Gerais, particularmente, os nomes atribuídos aos bairros mais antigos da setecentista Ouro Preto. Para tal, selecionamos os logradouros “*Antônio Dias*” e “*Pilar*”, comuns à sincronia atual.

O léxico é compreendido como todo o conjunto de palavras de uma língua. Mais que nomear, além de estar vinculado à tradição, à cultura e à história de um povoado, o léxico de uma língua exprime o universo de uma sociedade. Em conformidade com Biderman (2001), o léxico

[...] pode ser identificado com o patrimônio vocabular de uma dada comunidade linguística ao longo de sua história. Assim, para as línguas de civilização, esse patrimônio constitui um tesouro cultural abstrato, ou seja, uma herança de signos lexicais herdados e de uma série de modelos categoriais para gerar novas palavras (BIDERMAN, 2001:14).

Debruçar-se sobre o léxico toponímico possibilita a compreensão de características de uma sociedade por meio do exame de fatos linguísticos e sócio-históricos relativos às pesquisas na área da Toponomástica: Disciplina do ramo da Onomástica que se ocupa do estudo dos nomes próprios de lugares. Com este estudo, pretende-se investigar os nomes de dois lugares que abrangem Ouro Preto-MG, “*Antônio Dias*” e “*Pilar*”, com a finalidade de contribuir para os estudos lexicais a partir do resgate da memória cultural e recuperação da história da cidade em destaque.

Constitui-se como uma importante prática social a nomeação de lugares e, conforme Dick (1990), torna-se essencial para se viver em sociedade, uma vez que a ausência dessa atividade acarretaria uma desordem espacial e geraria vários tipos de tumultos em diversos setores da sociedade, como a dificuldade das pessoas se situarem, localizarem outras pessoas e referenciarem os espaços físicos, por exemplo. Todavia, mais que uma forma de organização necessária para se viver em sociedade, o ato de nomear lugares transcende as funções vocativa e referencial, na medida em que a toponímia aventa pistas que possibilitam ao pesquisador e aos interessados nos estudos onomásticos desvelar diversos aspectos sobre uma sociedade. Assim, por meio dos estudos toponímicos é possível recuperar e transmitir para outras gerações especificidades de uma sociedade, como crenças, valores, subjetividades, enfim, a percepção do sujeito e/ou do grupo responsável pelas designações, e o que ele (s) observa(m) em seu

entorno, inclusive, características da flora e da fauna que possam ter desaparecido com o decorrer do tempo.

Aliás, resgatar fatos históricos que se mesclam com os geográficos, econômicos, sociais, culturais e econômicos por meio dos estudos onomásticos é um método interdisciplinar que possibilita a compreensão de como as relações de poder se estabeleceram, as questões de imigração, a ocupação do território, a posse e distribuição de terras, enfim, o *modus operandi* dos povoadores que desbravaram o território, e deram origem a um núcleo populacional. A partir da investigação do nome próprio atribuído a lugares é possível recuperar as diversas transformações pelas quais uma sociedade passou até chegar na condição atual. Ou seja, as mudanças vividas pela comunidade e promovidas pelas mudanças política, religiosa, cultural, tecnológica e científica provocam novas formas de pensar e de se organizar em sociedade, que repercutem na língua, tendo em vista a necessidade de denominar novas práticas, situações, procedimentos, costumes e conceitos.

Nessa perspectiva, a pesquisa toponímica nos permite apreender as raízes que determinaram situações do nosso contexto e a forma como nossa sociedade foi estruturada. Assim, ao percorrer o passado por meio desse tipo de investigação, recupera-se ângulos pelos quais pessoas e “coisas” se mostravam.

Ao investigarmos o antropotopônimo (topônimo relativo ao nome próprio individual, sem títulos) “*Antônio Dias*” e o mariotopônimo (topônimo motivado por invocação à Virgem Maria) “*Pilar*”, buscou-se a relação que tanto a religião como a personalidade homenageada a partir da nomeação toponímica mantinham/mantiveram com a comunidade, suas contribuições e interferências nos espaços que as homenageiam. Além disso, procurou-se conhecer a intenção de se fazer com que pessoas perpetuem na memória social ao terem seus nomes atribuídos às ruas, praças, avenidas, alamedas, becos, travessas, pontes e demais logradouros que compõem a cidade, cujos topônimos estão presentes no cotidiano dos moradores.

A Lexicologia se ocupa do estudo científico do léxico, em suas relações linguísticas, pragmáticas, discursivas, históricas e culturais, segundo postulam Krieger e Finatto (2004). A Onomástica, área da Linguística dedicada ao estudo do nome próprio, sejam eles de pessoas (antropônimos), ou de lugares (topônimos), integra-se à Lexicologia. Destacam-se, nos estudos onomásticos, a Antroponomástica, que se ocupa da investigação dos nomes de pessoas, e a Toponomástica, que é responsável pelo estudo dos nomes de lugares, como os de cidades, bairros, ruas, praças, escolas, rios, montanhas, fazendas, entre outros. Embora essas sejam mais

tradicionais, existem outras disciplinas, como a Onionímia, que se ocupa dos estudos dos nomes próprios de artigos ou produtos das indústrias.

O objetivo mais amplo de resgatar a memória cultural, recuperar a história e fomentar a valorização dos nomes de lugares, desdobrou-se em outros específicos: i) detectar traços do legado da cultura setecentista presentes na história da cidade; ii) entrevistar moradores a fim de saber o que eles conhecem sobre as personalidades que nomeiam os logradouros da cidade onde vivem e a motivação na escolha dos designativos; iii) levantar a relação dessas pessoas homenageadas com a comunidade. Quanto à metodologia, o primeiro passo consiste no levantamento dos topônimos por meio de documentos oficiais da Prefeitura Municipal de Ouro Preto, no período em que se estabeleceram os primeiros povoados, no século XVII; além de entrevistas tanto estruturadas por meio de questionário como a partir de diálogos com os moradores da cidade, de variadas faixas etárias, com vistas a confrontar as gerações no que diz respeito às informações que as pessoas têm sobre o nome dos lugares em que vivem. Assim, enfatizou-se a narrativa dos idosos ao reconhecermos que eles são os principais responsáveis pela conservação e difusão da memória local; e, por fim, a construção de fichas lexicográfico-toponímicas.

Quanto às entrevistas, primeiramente, foi elaborado um questionário eletrônico, em que foram considerados os moradores que nasceram na cidade ou que residem nela, no mínimo, 15 anos, a fim de averiguarmos o que foi transmitido via tradição oral a respeito da ascendência e da história da denominação desses logradouros, a fim de resgatar a memória cultural da cidade cujos idosos têm papel fundamental, o que foi possível perceber ao longo do estudo. Assim, os entrevistados foram separados nas seguintes faixas etárias: 15 a 35 anos, 36 a 56 anos, 57 a 65 anos e, por fim, pessoas com mais de 65 anos. Constituiu-se o trabalho, portanto, de 40 entrevistas, sendo que, para cada grupo etário foram entrevistadas 10 pessoas, isto é, 10 entrevistados com idade entre 15 e 35; 10 entrevistados com idades de 36 a 56; 10 entrevistados com idades de 57 a 65 anos; e, por fim, 10 entrevistados com mais de 65 anos. Além de perguntas referentes às denominações dos logradouros, os participantes também deveriam informar a ocupação, a escolaridade e se sempre moraram no mesmo bairro. Por se tratar de uma cidade de relevância histórica para o país, pretendíamos responder a questão: os moradores conhecem a história do nome do bairro em que moram?

Assim, buscamos registrar as respostas e observar quais informações e conhecimentos os moradores têm relativos aos bairros de sua cidade, de modo a apurar a importância da tradição oral, no sentido de como ela se mantém na memória de uma sociedade e a importância de ser

transmitida a outras gerações. No preenchimento do questionário, o participante poderia se identificar, caso desejasse, com o nome completo, além disso, deveria marcar a opção correspondente a sua idade, a ocupação e a escolaridade. No caso em que as opções referentes à ocupação e escolaridade não lhe atendessem, poderia optar por “outro” e registrar, em seguida, a sua repostagem. Com isso, pretendíamos verificar se esses elementos interferem nas respostas dos entrevistados. Na sequência, o informante deveria marcar a opção que corresponde ao tempo em que reside em Ouro Preto, bem como registrar a alternativa referente ao fato de ter ou não morado em mais de um bairro da cidade. Por último, o entrevistado deveria responder, em um espaço reservado para esse propósito, se conhece a história do nome do seu bairro e dos outros que constituem os dados da pesquisa. Assim, apresentamos os principais pontos que consideramos pertinentes embasados nas respostas dos entrevistados, de acordo com a divisão em faixa etária.

Com a análise dos topônimos “*Antônio Dias*” e “*Pilar*” da cidade de Ouro Preto-MG, pretende-se verificar como os nomes de lugares desvelam formas antigas de nomeação e, com isso, chegarmos à história do povoamento. A pesquisa apresentada neste estudo insere-se na Onomástica, conforme se discute na próxima seção.

Língua e Cultura

Nesta seção, ao procurarmos definir o léxico, discorreremos sobre os pressupostos teóricos que embasam este estudo.

O léxico é definido, tradicionalmente, como o acervo de palavras de uma língua, ou seja, é todo o conjunto de palavras que o falante/escrivente têm à sua disposição para expressar-se, oralmente, por gestos ou por escrito. Relacionado ao processo de nomeação, o léxico representa uma forma de registro do conhecimento por uma sociedade.

Dado o seu caráter multifacetado, a palavra é estudada por meio de diversas perspectivas teóricas e analisada por diversos ângulos. Assim, vários aspectos necessitam de investigações nos estudos do léxico, de modo que é preciso transitar por linhas de pesquisas diversas que possam dialogar com outros campos do saber e novas áreas do conhecimento.

No âmbito dos estudos linguísticos, cultura e sociedade constituem-se a partir das relações entre língua e comunidade, em que, muitas vezes, desponta-se traços históricos, interculturais e regionais. Ao enfatizar este estudo na relação língua-cultura, tomamos os topônimos como um espelho da realidade social cujo estudo possibilita o descobrimento de

visões de mundo, na medida que concebemos o léxico toponímico como a lente que utilizamos para interpretar a relação do homem com o meio em que vive.

Biderman (2019:71) defende que

Qualquer sistema léxico é uma somatória de toda a experiência acumulada de uma sociedade e do acervo da sua cultura através das idades, sendo que os membros dessa sociedade funcionam como sujeitos-agentes, no processo de perpetuação e reelaboração contínua do léxico de sua língua.

A identidade de uma comunidade é construída por meio do uso da linguagem. Integrado ao sistema linguístico, o léxico pode evidenciar marcas da cultura de uma sociedade, dispostas a partir do nome e dos significados.

Nessa perspectiva, debruçar-se sobre a língua enquanto objeto cultural, mutável e dinâmico é reconhecer a influência do contexto sociocultural, de que o léxico é reflexo, sobre ela. Assim, como um sistema aberto e em expansão, o léxico representa o conjunto da memória individual e coletiva acrescentado a um acervo linguístico.

Por meio do léxico que os falantes de uma língua expressam sua ideologia, sua crença, seus valores e transmitem sua história. Desse modo, o léxico é visto como o veículo de descrição e compartilhamento da cultura, além de intermediar a construção de conhecimento e representar o repertório de palavras que o falante tem à sua disposição. Conforme Biderman (2001, p:14) o homem desenvolveu a habilidade de associar conceitos às palavras, dessa maneira, ao nomear o que observa a sua volta ele também categoriza. Assim, o acúmulo das experiências e vivências de uma sociedade é passado a outras gerações, tendo os seus membros como os responsáveis por armazenar, conservar e reformular ininterruptamente o léxico de sua língua.

O estudo do léxico é dividido em três grandes áreas: a Lexicologia, a Lexicografia e a Terminologia. A primeira, de que se serve esta pesquisa, dedica-se à análise do signo linguístico, dos seus constituintes significante (a forma, o perceptível) e o significado (o conceito), além da categorização lexical e estruturação do léxico; a segunda, por sua vez, organiza de forma sistemática as unidades lexicais em dicionários e enciclopédias, para o estudo e descrição da língua; e a terceira tem as unidades terminológicas como objeto de estudo, ou seja, a palavra especializada, os conceitos específicos de uma arte ou ciência. Apesar de se complementarem, essas áreas possuem objetos de estudos, embasamentos teóricos e abordagens metodológicas distintas.

A identificação e a definição de uma unidade lexical implicam diferentes pontos de vista sobre o assunto, assim, é problema da Lexicologia o exame a respeito da forma como os falantes concebem e compreendem a realidade, o registro e armazenamento na memória, além da análise

do significado das palavras, que pode variar de acordo com o contexto de uso. A Lexicologia configura-se como uma área do saber de forte caráter transdisciplinar, uma vez que possibilita o entrelaçar de conceitos das mais diversas áreas do conhecimento e o diálogo entre diferentes disciplinas e além delas.

Integra-se à Lexicologia a Onomástica, que tem por objeto de estudo os nomes próprios de lugares, pessoas, marcas, estabelecimentos comerciais, organizações sociais públicas e privadas, animais de estimação, dentre outros. De acordo com Seide e Amaral (2020, p:10),

A Onomástica é a área de conhecimento que estuda os nomes próprios em geral, nas suas dimensões mais profundas (aspectos linguístico-etimológicos, antropológicos, sócio-históricos, geográficos...), examinando o processo de denominação em diferentes épocas e localidades por meio de suas duas grandes áreas de investigação: a Antroponímia, que estuda a origem de nomes próprios de pessoas, nomes individuais, parentais, sobrenomes, apelidos e alcunhas; e a Toponímia, que tem como objeto de estudo os nomes de lugares, os enunciados linguísticos que nomeiam e identificam espaços de áreas rurais (rios, córregos, sangas, corixos, igarapés, cachoeiras, montanhas, serras, cordilheiras...) e urbanas (cidades, vilas, povoados, bairros, ruas, alamedas, praças...).

Embora os termos onomásticos sejam tradicionalmente identificados como Toponímia e Antroponímia, conforme, ainda, Seide e Amaral (2020 :10), “O *International Congress of Onomastic Sciences* (ICOS 2011) listou entre os termos onomásticos a Toponomástica e a Antroponomástica para nomear as duas áreas da Onomástica”, seguindo essa tendência, esses termos foram aderidos neste artigo. Embora a Antroponomástica estude os nomes próprios de pessoas e a Toponomástica investigue o nome próprio de lugares, existem outros nomes próprios que têm despertado o interesse de estudiosos. As investigações onomásticas contribuem com diversas áreas do conhecimento, tendo em vista a sua natureza interdisciplinar. Assim, elas favorecem outras ciências que utilizam as informações obtidas por meio desses estudos, o que atesta a importância dessas disciplinas para além dos estudos linguísticos.

Nos estudos onomásticos são comuns o uso de base documental e de análises quantitativas e qualitativas tanto na Toponomástica quanto na Antroponomástica, de modo que, conforme Seide (2013), no primeiro, utilizam-se metodologia e embasamento teórico propostos pela professora Maria Vicentina do Amaral Dick, da Universidade de São Paulo (USP), principal idealizadora do Atlas Toponímico do Brasil (ATB). No segundo, Seide (2013) aponta a incipiência do estudo de nomes de pessoas e traz o relato de algumas pesquisas orientadas pela base etimológica, em que a origem do nome próprio determinou a categorização. Entretanto, a autora enfatiza a insuficiência da “adoção deste viés, tradicional nos estudos toponímicos”, quando aplicado aos estudos do significado e do uso dos antropônimos, uma vez que o processo enunciativo que resultou na atribuição de um nome do ponto de vista do

designador é desconsiderado. A autora defende, portanto, a importância de, nesses estudos, ser considerado o conhecimento do responsável pela designação sobre o nome e suas motivações.

O estudo dos nomes próprios e comuns transcende a categoria substantiva e a concepção que lhe é dada pela Lexicologia. O topônimo e o antropônimo, como patrimônio linguístico e herança imaterial, representam um vasto campo investigativo, já que possibilitam, em diferentes perspectivas e frentes de pesquisa, traçar a história dos lugares.

Nessa direção, esses signos são entidades que vão além da expressão linguística e ocupam certa peculiaridade, uma vez que envolvem, obrigatoriamente, os referentes que destacam. Em outras palavras, dada a natureza interdisciplinar dos antropônimos e dos topônimos, eles transcendem a dimensão linguística, sobretudo no que diz respeito às questões históricas, geográficas e ideológicas; logo, a Onomástica dialoga com diversas áreas do conhecimento (Souza e Dargel, 2020). Sob essa ótica, seja de pessoa, seja de lugar, o nome próprio armazena e transporta crenças, valores, genealogias de grupos sociais em diversos momentos de sua história com suas características e costumes.

A Recuperação das motivações das denominações é uma das possibilidades da Toponomástica, disciplina científica voltada ao estudo dos topônimos. Por meio desse trabalho investigativo é possível desvelar aspectos da comunidade a partir dos nomes que foram atribuídos às localidades em um recorte de tempo, haja vista a natureza conservadora do topônimo. Assim, como as unidades lexicais comuns, os topônimos refletem diversos períodos da história de uma sociedade, visto que eles transportam percepções particulares de mundo que se encontram subjacentes ao nome e ao processo de nomeação.

De acordo com Dick (2008:217), os topônimos operam como marcadores, entretanto, eles evoluem de forma distinta se comparados às normas e condutas sociais, assim, caracterizam-se como enunciados linguísticos “arcaizantes”, que permitem a recuperação de acontecimentos e experiências vividas pelos sujeitos ao constituir um grupo social.

Com o intuito de resgatar o significado do topônimo, isto é, o seu valor denotativo, é importante que a análise ocorra nas perspectivas sincrônicas e diacrônicas, visto que os designativos de lugares se tornam signos relativamente vazios.

Nesses aspectos, pertencente às chamadas ciências humanas, a Toponomástica dialoga com a geografia, a história e a linguística, em uma interrelação indispensável, além de buscar e fornecer subsídios à arqueologia, arquivologia, psicologia social, zoologia, paleografia, topografia e outras Ciências, em razão da amplitude do seu campo de atuação e do seu alcance pluridisciplinar (DICK, 1995:59). Assim, a própria essência do topônimo faz com que

estudiosos de diferentes áreas tenham interesse no estudo dos nomes de lugares, conforme a perspectiva teórico-metodológica da área de estudo.

Ademais, na busca de informações a respeito da origem de um topônimo, extrapola-se a análise dos aspectos intralinguísticos, dada a interdependência desse estudo a fatores externos. Não raro, é preciso reestabelecer as características geográficas, sociais e econômicas de uma região, as quais corroboraram os traços étnico-sociais dos habitantes daquele espaço em seu contexto sociocultural.

Nesta seção, buscou-se definir léxico e fundamentar os estudos toponímicos no âmbito da onomástica, os quais foram adotados como princípios teórico-metodológico nesta pesquisa.

Na próxima seção, apresenta-se algumas considerações sobre o nome próprio.

Considerações sobre a natureza do nome próprio

São várias as especulações em torno do nome próprio no decorrer da história da civilização. Assim, apesar das considerações onomásticas serem remotas, ainda, é recorrente a questão que busca responder se o nome próprio tem ou não sentido ou significado.

Para diferentes campos do saber, o nome próprio tem sentido na medida em que se considera a motivação natural da escolha; entretanto, uma linhagem de pesquisadores argumenta que ele é, somente, produto de convenção. Assim, têm-se vários estudos, teorias e métodos para diferentes hipóteses acerca da natureza do nome próprio, principalmente, que buscam responder quanto à problemática: denota ou conota.

De acordo com Amaral e Seide (2020), o tema não pode ser colocado de forma simplista, apenas, em função da preocupação da falta ou não de sentido do nome próprio. Desse modo, eles procuram retomar os trabalhos clássicos e distinguem três grupos de estudiosos, sendo eles, os que defendem a ideia de que o nome próprio possui sentido, os que argumentam que não possui e os que não colocam a questão restrita à presença ou ausência de sentido.

Para Ullmann (1965), sem considerar o contexto ele não tem significado. Entretanto, quando se trata de pessoas ou lugares conhecidos pelos interlocutores, tornam-se nomes carregados de conotações.

Conforme Guérios (1973:16), os nomes próprios discernem dos comuns porque aqueles são “vocábulos desprovidos de ‘alma’, ou melhor, ficaram ‘petrificados’; apenas conservam o ‘corpo’ ou significante”. Os nomes comuns, por sua vez, possuem “alma”, e se não possuem o significado de origem “é porque houve ‘desvio’ ou evolução. Contudo, o Autor cita o exemplo de Bahia que, atualmente, traduz uma baía. Para Guérios (1973, p:15), “Todos os vocábulos ou

signos possuem ‘alma’, i.e., sentido ou significado, e “corpo” ou significante, que é, na linguagem falada, o som, e na linguagem gráfica e escrita”.

Para Guiraud (1980), os signos linguísticos são motivados no ato da criação, todavia, tornam-se opacos com o tempo, em oposição aos transparentes, isto é, àqueles que têm relação entre significante e significado.

Outros autores argumentam que o nome próprio se refere a algo singular para designar um particular. Para Frege (1892[2009] :132) “A designação de um objeto singular pode também consistir em várias palavras ou sinais². Para sermos breves, chamaremos cada uma destas designações de nome próprio”. Segundo o Autor, o nome designa, expressa sentido e faz referência, de modo que a referência está ligada ao sinal, porém não o concebe de forma unívoca, e o sentido é o modo de apresentação da referência. Portanto, a referência de um nome próprio é o próprio “objeto” que indicamos com sua designação; a representação do objeto, diferentemente do sentido, é particular e o sentido está interposto entre a referência e a representação, mas não é o próprio objeto.

De acordo com Mill, o nome é uma marca sem significação. Desse modo, quando denomina um objeto não possui significado e denota o sujeito que recebe o nome, mas não lhe sugere qualquer atributo de pertença. Para Mill (1984 [1843]) “Um nome próprio nada mais é do que uma marca insignificante que unimos em nossa mente com a ideia do objeto, para que sempre que a marca se ponha diante de nossos olhos ou nos venha em nossos pensamentos, possamos pensar nesse objeto individual”³.

Segundo Lyons (1977), os nomes próprios têm referência e se já tiveram sentido alguma vez, eles se tornaram opacos. O Autor defende que os nomes são caracterizados pelas funções: referencial e vocativa e, ainda, que há três tipos de expressões nominais referenciais em todas as línguas.

De acordo com Jespersen (1965), o nome próprio evoca no pensamento do ouvinte/leitor uma série de atributos distintos, de modo que na primeira vez em que se ouve/lê o nome de uma pessoa, nenhuma relação é estabelecida, entretanto, à proporção que se ouve/lê o nome, paulatinamente, informações referentes à pessoa são adicionadas, o que faz com que o nome passe a significar.

² Para Frege sinal é: o nome, combinação de palavras ou letras.

³ No original: “A proper name is but an unmeaning mark which we connect in our minds with the idea of the object, in order that whenever the mark meets our eyes or occurs to our thoughts, we may think of that individual object.”

Guimarães (2002:9-10) postula que as pessoas equivocadamente pautam os termos nomeação, designação e referência como sinônimas. Conforme o Autor, o primeiro diz respeito ao funcionamento semântico; por sua vez, o segundo representa a significação de um nome; e o terceiro é a “particularização de algo na e pela enunciação” (p:174). Para esse Autor, o sentido do nome próprio e seu funcionamento não se separam do “acontecimento que o tornou nome próprio para algo” (175).

O processo designativo é histórico no sentido de que, segundo Dias (2015:153), “[...] a língua funciona afetada por uma memória do dizer: nomear uma mulher, um lugar, uma cidade é, pois, rememorar a história e ao mesmo tempo vivê-la. O Autor defende que “[...] pensar na designação como uma mera forma de classificação é negligenciar uma gama de fatores histórico-sociais presentes na linguagem[...]”.

Para Dauzat (1943:3) “os nomes próprios são os mais individuais, os mais significativos de todos; são os substantivos por excelência”, contudo, com o tempo, eles foram perdendo seus predicados semânticos originais, esvaziando-se dos significados.

Autores dividem-se a respeito da questão de o nome próprio ter ou não sentido e significado, sendo esse um dos vários motivos que atestam a relevância do seu estudo para a sociedade. Tendo em vista que, de um modo geral, a linguagem é a expressão do pensamento, o homem interpreta o que observa em seu entorno e, por meio de palavras, ele não só se expressa como atribui nomes. Neste trabalho, defende-se a ideia de que não se pode desconsiderar tanto as funções denotativa e referencial que os nomes próprios desempenham quanto o valor simbólico e as relações identitárias que eles sinalizam. De tal modo, o acervo lexical da língua além de funcionar como o depósito do léxico que resulta da nomeação das configurações físico-geográficas, atividades psicossociais, elementos da cultura e de tudo que o homem percebe em seu entorno; aglomera os nomes próprios de pessoas e de lugares, como repertório do conhecimento cultural.

Na próxima seção, apresentamos a localização do Município e sua caracterização, bem como o histórico sobre a formação da região, cidade de Ouro Preto, em que procuramos abordar alguns aspectos da localidade.

Contextualização histórica da região de Ouro Preto

Situada no estado de Minas Gerais, na região sudeste do país, localizada em uma das principais áreas do Ciclo do ouro, sendo a primeira cidade brasileira a receber o título de

Patrimônio Mundial pela UNESCO, Ouro Preto é uma das primeiras cidades históricas tombadas pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional - IPHAN (2014).

Sua origem está na descoberta do ouro aluvião, que culminou na formação de primitivos núcleos populacionais a partir da atividade de garimpo do minério no início do século XVII, quando bandeirantes paulistas se instalaram nas margens dos ribeirões e nos morros, em que abundavam o metal. Vila Rica, antiga denominação da cidade, denota a riqueza das jazidas dos seus terrenos auríferos que motivou a vinda de diversas expedições e forasteiros, e a elevação dos seus dois principais arraiais à vila, “*Antônio Dias*” e “*Pilar de Ouro Preto*”, em 1711. Em poucos anos, havia na vila “cerca de 20 mil habitantes e, algumas décadas depois, 80 mil pessoas” (GOULART, 2009 :31).

A dificuldade de acessar e de se estabelecer no local não foram empecilhos para aqueles que vieram às minas na expectativa do enriquecimento, tendo em vista a abundância do ouro e a facilidade de sua extração. Além de motivar o desbravamento de terras recém-descobertas e a ocupação da região, o fascínio pelo supremo metal determinou impostos, causou revolta, guerra e conquista, como patrocinou o surgimento de irmandades com suas suntuosas matrizes. O emprego religioso ou laico do ouro transportou-o aos confins do divino, do poder, do prestígio e da relevância social, em que a cidade mineira se destacou.

Os anos de 1707 e 1709 foram marcadas por diversos conflitos, uma vez que os paulistas descobridores das terras se sentiam injustiçados em conceder minas e terrenos aos estrangeiros. A rivalidade formada degenerou o combate entre paulistas e forasteiros conhecido como Guerra dos Emboabas, em que os portugueses liderados por Manuel Nunes Viana saíram vitoriosos. Após esse período, a “Coroa” determinou a elevação dos arraiais que mais se destacavam, à Vila, em 8 de julho de 1711. Instalou-se, assim, Vila Rica de Albuquerque, nome dado em homenagem ao governador das capitanias de Minas e São Paulo: Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, que se tornou a região mais populosa da América Portuguesa. Logo depois, o nome foi encurtado para Vila Rica, “por haver D. João V desaprovado a denominação dada à revelia” (BANDEIRA, 1967, p:20). Ribeirão do Carmo, hoje Mariana, Vila Rica, Ouro Preto e Vila Real de Nossa Senhora da Conceição do Sabará, hoje somente Sabará, foram as primeiras vilas de Minas Gerais criadas pelo governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho. Dessas vilas se formaram os três primeiros municípios que foram, conforme (COSTA, 1970:15), os “[...] núcleos iniciais de manutenção da ordem social, indispensável em face do povoamento que então se desenvolvia com a exploração das Minas”. Segundo o mesmo autor, desses três centros surgiram o mesmo tipo de povoamento em outras regiões, designados, por

sua vez, à constituição de outras células da organização municipal embrionária (COSTA, 1970 :15).

Conforme Bohrer (2013), é recorrente entre cidades coloniais mineiras uma certa rivalidade bairrista. Em Ouro Preto, a contenda se iniciou no período colonial e está relacionada ao desenvolvimento urbano da cidade e aos dois núcleos principais com suas paróquias: o Antônio Dias, cuja padroeira é Nossa Senhora da Conceição e o Ouro Preto, devotado a Nossa Senhora do Pilar. Havia Ordens Terceiras (Franciscana no Antônio Dias; Carmelita no Ouro Preto). O Pilar de Ouro Preto possuía sua igreja das Mercês, Rosário e seu templo de Ordem Terceira, o Carmo. Antônio Dias ostentava também sua Mercês, Rosário (Santa Ifigênia) e São Francisco de Assis (sua representante das Ordens Terceiras). O Morro de Santa Quitéria, atual Praça Tiradentes, dividia os antigos moradores de *Antônio Dias*, denominados “Jacubas”, e os de *Ouro Preto* (Pilar), denominados “Mocotós”, termos para os quais existem variadas explicações acerca da origem. Para Jerônimo (1967), baseado em tradição anterior, o termo Jacubas “era corruptela popular de jacobino, nome de grupamento importante na Revolução Francesa, em 1789”. E, Mocotós vem do “orgulho pitoresco dos moradores do Pilar de Ouro Preto, que se autointitulavam Pés-de-Boi ou Mocotós”. Segundo o pesquisador, o termo também pode ser “empréstimo do congolês “macota”, que significa pessoa com influência” (JERÔNIMO, 1967:85). Já para Lima Júnior (1957), os moradores de Ouro Preto (Pilar) chamavam aos do Antônio Dias de Jacubas “alegando, que, estando o matadouro de rezes na freguesia de Ouro Preto, os outros só se alimentavam de farinha e rapadura”. Já os moradores de Antônio Dias “respondiam que, se o matadouro estava em Ouro Preto, a carne ia para Antônio Dias, contentando-se os fregueses do Pilar com as mãos das rezes ou mocotós” (LIMA JÚNIOR, 1957:190). Conforme o autor, dessa rivalidade “[...] é que resultou o tamanho das igrejas, que se disputavam em glória de maior suntuosidade no culto divino [...]” (LIMA JÚNIOR, 1957:190). A respeito da separação entre as freguesias de Antônio Dias e do Ouro Preto, iniciada no período da formação da antiga Vila Rica, essas estavam esparsas pelo morro de Santa Quitéria, conforme dito. Os portugueses eram os senhores das colônias enquanto os paulistas eram os descobridores pioneiros dos terrenos auríferos, firmando assim, intensa competitividade. A paróquia do Antônio Dias abrigava os provenientes de São Paulo, os desbravadores do sertão e a freguesia do Pilar, instalada no Ouro Preto, acolhia os portugueses, reinóis. Mediante as contendas e a fim de impedir o avanço dos atritos, as paróquias estabeleceram revezamento na celebração da Semana Santa, que, ainda, é tradição na cidade, de maneira que a cada ano uma freguesia se responsabilizava pela organização dos festejos.

Configurou-se Vila Rica sede da Capitania, porém, com a Independência política e nacional, transformou-se na Cidade Imperial de Ouro Preto e tornou-se a capital da Província de Minas Gerais até 1897. Com a Proclamada da República, perdeu o estatuto de capital.

Primeira capital de Minas e origem da Inconfidência Mineira, a importância de Ouro Preto não está, apenas, no passado que marcou a História do Brasil; a cidade reúne grande e glorioso acervo da arte colonial e da arquitetura; é considerada berço do barroco no país.

Depois de ambientar a pesquisa a partir de um breve histórico sobre a formação dos primitivos arraiais, na próxima seção, discorre-se a respeito da análise dos dados da pesquisa.

Apresentação e análise dos dados

Nesta seção, apresentamos e analisamos descritivamente os dois topônimos que integram os corpora desta pesquisa. Em seguida, divulgamos as fichas lexicográfico-toponímicas construídas para cada um dos topônimos pesquisados. As fichas lexicográfico-toponímicas permitiram sistematizar as informações com vistas às análises qualitativas que se seguem. Posteriormente à constituição dos dados, realizou-se a análise linguística, a classificação toponímica e as investigações enciclopédicas sobre os logradouros, além de registrada a motivação toponímica e o resgate memorialístico oral por meio das entrevistas com moradores da cidade.

Os topônimos analisados, presentes na sincronia atual, estão relacionados a seguir: “*Antônio Dias*” e “*Pilar*”, sendo ambos classificados como de natureza antropocultural, ou seja, concernente à presença humana e as forças sociais, como a religião, as manifestações artísticas, as atividades e a organização política, Marcato (2009: 155-167). Mais do que um rol de palavras, o léxico de uma língua está imbricado na cultura, assim, por meio dele o sujeito materializa a realidade. Ao considerarmos que a investigação dos nomes próprios de lugares permite apreender a percepção do(s) designador(es) em relação a configuração geográfica, ao surgimento e desenvolvimento do núcleo populacional em que ele habita, à formação da paisagem urbana e à transformação da sociedade; a relação estabelecida entre o homem e o meio em que está inserido é projetada no nome dado a um lugar. De acordo com Andrade (2017, p:145), “O nome de lugares expressa, diretamente, relações entre o homem e espaço geográfico, uma vez que o ato de nomear é essencialmente humano, estabelece vínculo social e cultural, diretamente ligado à ocupação, posse e conhecimento do local ou área nomeada”.

À vista disso, a toponímia fornece pistas para a descoberta de aspectos históricos, geográficos, culturais e sociais de uma determinada época, bem como dos processos políticos,

administrativos e econômicos que forjaram uma determinada sociedade, de maneira que eles podem ser recuperados por meio do estudo dos topônimos. No que diz respeito às motivações nominativas dos dois topônimos elencados, o primeiro, “*Antônio Dias*”, homenageia pessoa envolvida com a descoberta da região e dos terrenos auríferos; o outro, “*Pilar*”, remete à fé católica dos denominadores: “*Pilar*” (Nossa Senhora do Pilar).

No que concerne à classificação taxonômica, conforme a proposta de Dick (1990), o topônimo “*Antônio Dias*” é um antropotopônimo por se tratar de um nome próprio individual de pessoa; o topônimo “*Pilar*” (Nossa Senhora do Pilar) é classificado, segundo Dick (1990), como hierotopônimo, visto que ele é relativo aos nomes sagrados da crença cristã, isto é, refere-se às manifestações de Nossa Senhora.

Conforme Carvalho (2014), a classificação taxonômica “oferece a possibilidade do encaixamento dos topônimos em toda a amplitude de significação, na medida em que podem ser classificados de acordo com a objetividade (natureza física) e com a subjetividade (natureza antropocultural)”, desse modo, de acordo com a autora, as taxonomias “foram formuladas levando em conta a realidade brasileira, permitindo, pois, uma expansão classificatória, conforme as necessidades do pesquisador e o contexto onde o topônimo pesquisado se encontra inserido” (CARVALHO, 2014:86). A partir disso, a autora propôs nova subdivisão à classificação dos hierotopônimos, e propõe que os hagiotopônimos que se referem à devoção mariana tenham a subclassificação mariotopônimos. Entretanto, Carvalho e Seabra (2018) indicam uma reorganização em razão das invocações à Nossa Senhora não serem formadas pela estrutura linguística dos hagiotopônimos, isto é, qualificativo são/santo/santa junto ao antropônimo (prenome), desse modo, as autoras defendem que, assim como os mitotopônimos e os hagiotopônimos, os mariotopônimos constituem umas das subdivisões das taxes dos hierotopônimos.

Em consonância com a proposta de Carvalho e Seabra (2018), o topônimo “*Pilar*” selecionado nesta pesquisa, foi classificado como mariotopônimo por expressar invocação à Virgem Maria.

Na próxima seção, discute-se as entrevistas com os moradores dos bairros a respeito, principalmente, do que sabem sobre os topônimos que constituem os dados deste estudo.

Análise das entrevistas com os moradores dos bairros

Após a apresentação e algumas análises dos dados, nesta seção, discorreremos a respeito do exame das entrevistas com moradores sobre o que sabem da origem e história dos nomes dos bairros “*Antônio Dias*” e “*Pilar*”.

Assim, buscamos registrar as respostas e observar quais informações e conhecimentos os moradores têm sobre a história dos bairros de sua cidade, de modo a apurar a importância da tradição oral, no sentido de como ela se mantém na memória de uma sociedade e a importância de ser transmitida a outras gerações.

Conforme dito antes, os moradores entrevistados responderam um questionário. No seu preenchimento, o participante poderia se identificar, caso desejasse, com o nome completo, além disso, deveria marcar a opção correspondente a sua idade, a ocupação e a escolaridade. No caso em que as opções referentes à ocupação e escolaridade não lhe atendessem, poderia optar por “outro” e registrar, em seguida, a sua resposta. Com isso, pretendíamos verificar se esses elementos interferem nas respostas dos entrevistados. Na sequência, o informante deveria marcar a opção que corresponde ao tempo em que reside em Ouro Preto, além de registrar a alternativa referente ao fato de ter ou não morado em mais de um bairro da cidade. Por último, o entrevistado deveria responder, em um espaço reservado para esse propósito, se conhece a história do nome do seu bairro e dos outros que constituem os dados da pesquisa. Assim, apresentamos os principais pontos que consideramos pertinentes embasados nas respostas dos entrevistados, de acordo com a divisão em faixa etária. Para cada grupo etário foi elaborado um quadro a fim de pontuar quantas pessoas conhecem ou não a origem e a história do nome do bairro onde moram e a dos outros bairros que fizeram parte da pesquisa, da qual apresentaremos os referentes ao “Antônio Dias” e “Pilar”, isto é, os bairros selecionados para este estudo.

a) 15 a 35 anos: além de variarem as idades entre 15 e 35 anos, esse grupo de participantes é composto desde estudantes do ensino médio a professores, entre outras ocupações. Das respostas obtidas, quatro são professores pós-graduados e seis estão matriculadas no ensino médio, sendo duas discentes do primeiro ano dessa etapa da educação básica. Em relação às respostas:

- Dos 10 informantes, nenhum deles respondeu às perguntas de forma integral;
- Sobre o bairro Pilar, os sete entrevistados atribuíram a motivação da escolha do nome à religião católica, mas não souberam informar a história referente aos títulos de Nossa Senhora, ou seja, não sabem a razão das invocações à Nossa Senhora;
- Quanto ao Antônio Dias, cinco associaram o nome ao “bandeirante que encontrou ouro na região” e cinco deixaram em branco.

b) 36 a 56 anos: esse grupo é formado por pessoas com idades entre 36 e 56 anos. Todos os participantes possuem o ensino médio completo, sendo que três deles têm ensino superior. Quanto à ocupação, têm-se um técnico em Segurança do Trabalho, um técnico metalúrgico, três vendedoras, uma pedagoga pós-graduada, uma professora da rede pública de ensino, duas donas de casa e uma psicóloga. Em relação às respostas:

- Dos 10 informantes, nenhum deles respondeu às perguntas de forma integral;
- Todas os informantes associaram o nome do bairro Pilar à igreja católica;
- Quanto ao Antônio Dias, cinco associaram o nome ao “bandeirante que encontrou ouro na região” e cinco deixaram em branco.

c) 57 a 65: as pessoas que compõem esse grupo possuem idades que variam dos 57 aos 65 anos, sendo, portanto, formado por donas de casa, professores, autônomos e vendedores, entre outras ocupações. Todas com ensino médio completo e cinco com o ensino superior.

- Nenhuma das dez pessoas desse grupo respondeu a todas as perguntas;
- Todos os 10 participantes associaram o bairro Pilar à igreja católica, além de comentarem que a motivação está relacionada à fé e devoção católica dos antigos moradores do Município.

d) + 65 (pessoas com mais de 65 anos). Nesse grupo tivemos 10 informantes com idades entre 66 e 92 anos, sendo duas pessoas com idade de 66 anos, uma com 67, uma com 68, três com 69, uma com 76, uma com 86 e uma com 92 anos. No que diz respeito à ocupação delas, oito são aposentadas, uma é dona de casa e um é professor em exercício. Todos responderam a todas as perguntas;

- Os 10 informantes associaram o nome Pilar à igreja católica, além de acrescentarem informações sobre a santa homenageada que nomeia o bairro;
- Muitas dessas pessoas nos relataram, ainda, uma história ou lenda relacionada aos bairros e ao Município, que lhes foram transmitidos pelos pais e avós, via tradição oral.

Trazemos brevemente o teor das histórias e lendas registradas nas entrevistas.

Sobre Antônio Dias, os moradores nos relataram que antes, ainda, da data tida como oficial de descoberta da região, isto é, por volta de 1698, desbravadores percorreram o território em busca de mão de obra indígena para trabalhar nas fazendas e encontraram metais preciosos. Sabendo da descoberta, Antônio Dias veio ao local juntamente com o Padre João Faria de Fialho a mando do governador da capitania, e ao encontrar os terrenos auríferos, ambos receberam recompensas, inclusive, tomaram posse de terras, que foram batizadas com os seus nomes, atualmente bairro Padre Faria e Antônio Dias.

De acordo, ainda, com os moradores entrevistados, os quais constituem o grupo das pessoas com mais de 65 anos, apesar da expressão “conto do vigário” ser utilizada a nível nacional, para falar de uma história inventada por alguém, com a finalidade de trapacear e “ganhar vantagem” sobre alguém ou algo, sua origem está em um fato ocorrido em Ouro Preto, no século XVIII. Segundo a explanação, duas paróquias, situadas em povoados opostos, disputavam uma imagem de Nossa Senhora, a saber: Igreja do Pilar e Igreja de Nossa Senhora da Conceição do Antônio Dias. A fim de solucionar o impasse, um dos vigários sugeriu que fosse colocado um burro na praça Santa Quitéria (atual Praça Tiradentes), que dividia geograficamente os arraiais. O local que o animal seguisse determinaria com quem a imagem ficaria. Após ele ir somente para o lado da Igreja do Pilar, descobriu-se que o burro pertencia ao próprio vigário.

Outra narrativa apresentada pelos moradores sobre essa história, diz que, já no final do século XIX, a imagem de Senhor dos Passos foi transportada no lombo de um burro do Rio de Janeiro até a Praça Tiradentes, porém, não se sabia se ela pertencia à Igreja do Pilar, região ocupada pelos portugueses, ou, à Igreja de Nossa Senhora da Conceição do Antônio Dias habitada pelos paulistas. Assim, foi decidido que a imagem seria novamente fixada no lombo do burro e a direção que ele seguisse, Pilar ou Antônio Dias, saindo da praça Tiradentes, apontaria a posse da imagem. O animal tomou o caminho da Igreja do Pilar, passando a pertencer a ela.

A Semana Santa é uma tradição religiosa católica que celebra a Paixão, Morte e Ressurreição de Jesus Cristo. Nesse período, em cada ano, é de responsabilidade de uma das paróquias (do Pilar e de Antônio Dias) a organização da procissão e dos festejos na cidade, o que corrobora a ideia de permanência da “rivalidade” entre os bairros, já que repercute entre os ouro-pretanos o receio dos devotos “do Pilar”, que temem que a imagem “emprestada” não seja devolvida, já que os fiéis do Antônio Dias afirmam que a imagem foi encomendada pela sua paróquia, em séculos passados.

A partir da coleta de dados, registro e análise das entrevistas, foi possível constatar que as pessoas mais jovens são as que menos informações têm sobre a origem dos nomes dos bairros que constituem a cidade em que vivem. Durante as entrevistas, alguns comentários advindos de entrevistados desse grupo, como “não havia parado para pensar sobre o nome do bairro”, fizeram-nos perceber que, para muitas pessoas, as denominações operam, apenas, com função vocativa e referencial. Em relação aos informantes com idades entre 47 e 65 anos, observamos que eles possuem um pouco mais de informações a respeito desses topônimos. Porém, os

participantes com mais de 65 anos foram os que forneceram mais dados, além de descreverem histórias locais e lendas associadas aos designativos, que, segundo eles, foram transmitidas pelos pais e avós. Dessa forma, a narrativa dos moradores menos jovens sobre os topônimos corrobora a ideia de que a memória conserva informações na medida em que possibilita que o passado não seja totalmente esquecido, assim, ela representa um importante espaço de significação e tem papel determinante nas questões referentes aos nomes próprios atribuídos a lugares, em sociedades passadas. Portanto, o idoso é o responsável por transmitir um legado cultural.

Ao tomar conhecimento dos acontecimentos pretéritos que forjaram, influenciaram e contribuíram para a construção da sociedade, é possível ao sujeito se sentir pertencente a um lugar e, concomitantemente, que esse lugar o pertence, na medida em que se tem substratos que confirmem a compreensão, apreensão e reflexão sobre diversas características do seu meio físico, cultural e social e os elementos que estão enraizadas e podem ser recuperados. Nesse contexto, por meio dos vestígios e traços deixados, especialmente, nos topônimos, é possível revigorar os diferentes aspectos de uma sociedade no viés socio-histórico-cultural; poder-se-á, portanto, suscitar inquietações, ideias e discussões com a finalidade de intervir nos rumos desse lugar.

Por esse ângulo, não há neutralidade no topônimo, visto que um lugar pode ser denominado com propósitos e intenções diversos, que perpassam e transcendem a função de identificação e localização. Assim, ao considerarmos os rastros e vestígios presentes nos nomes de lugares e trazidos à tona pela memória, as investigações toponímicas nos permitem recuperar a cosmovisão do(s) nomeador(es), frente à geografia, aos eventos históricos de sua época, às relações estabelecidas com o outro e com o meio e aos elementos contidos na subjetividade antropológica. Dessa forma, a visão de mundo de quem designou um acidente humano ou geográfico poderá ser apreendida por meio do exame do nome atribuído a uma rua, praça, avenida, bairro, instituição pública como também a um rio, córrego, lagoa, montanha, dentre outros.

Na próxima seção, apresentamos as fichas lexicográfico-toponímicas dos topônimos *Ouro Preto, Antônio Dias e Pilar*.

Ficha lexicográfico-toponímica de Ouro preto e dos bairros ouro-pretanos Antônio Dias e Pilar

Na composição da ficha, temos 10 itens: o primeiro item, no topo, é o número da ficha; o segundo é o topônimo propriamente dito – nome do bairro – presente no dia a dia dos moradores da comunidade, nas correspondências e no Memorial Descritivo dos Bairros de Ouro Preto – MG; o terceiro item é a natureza do topônimo (física ou antropocultural); no quarto item, tem-se a estrutura morfológica, isto é, a identificação da classe gramatical, do gênero e do número de cada um dos topônimos com base em Seabra (2004) e Carvalho (2014); o quinto item trata da classificação taxonômica e sua justificativa, com base no modelo proposto por Dick (1990); o sexto item traz a motivação toponímica para a escolha do nome do bairro; o sétimo item está relacionado à ocorrência de variação do nome do bairro no decorrer do tempo, pois eles podem ter tido outras denominações anteriormente; o oitavo traz as informações enciclopédicas; no nono, apresenta-se o relato sobre a origem e a história do nome dos bairros apresentados pelos entrevistados, o que foi transmitido via tradição oral, representando o resgate memorialístico. Além disso, a identificação das entrevistas realizadas durante a pesquisa é feita com as letras iniciais do nome do informante, número da sequência da quantidade de entrevistas, o sexo e idade da pessoa entrevistada (ex.: MS3F70 – Maria Silva, entrevista 3, feminino, 70 anos de idade); o último item da ficha refere-se às fontes consultadas, das quais foram adquiridas as informações enciclopédicas.

Quanto à estrutura morfológica dos topônimos, em nossa classificação, recorreremos aos trabalhos de Carvalho (2014), assim, foram utilizados:

1) Para nomes simples:

a) Nm [Ssing] = Nome masculino [Substantivo singular]: João.

b) Nf [Ssing] = Nome feminino [Substantivo singular]: Ana.

2) Para nomes compostos:

a) NCm [Qv + Antrop (Pren)] = Nome Composto masculino [Qualificativo + Antropônimo (Prenome)]: São João.

b) NCf [QV + Antrop (Pren)] = Nome Composto feminino [Qualificativo + Antropônimo (Prenome)]: Santa Maria

c) NCf [Pron + Ssing] = Nome Composto feminino [Pronome + Substantivo singular]: Nossa Senhora.

Ficha nº1- “Ouro Preto”

Topônimo: OURO PRETO

Natureza: física

Classificação taxonômica e sua justificativa: litotopônimo. Topônimo de índole mineral.

Estrutura morfológica do sintagma toponímico: elemento específico composto.

NCm [Ssing + Adjsing]

Origem: língua portuguesa (cf. Cunha, 2010)

Motivação toponímica: em razão do ouro escuro coberto por uma fina camada de óxido de ferro encontrado na região.

Variação: São João Batista de Ouro Preto (cf. Vieira, 1949) > Vila Rica > Vila Rica de Albuquerque > Vila Rica de Nossa Senhora do Pilar > Imperial Cidade de Ouro Preto > Ouro Preto.

Conhecimento enciclopédico: “O nome Ouro Preto foi adotado em 20 de maio de 1823, quando a antiga Vila Rica foi elevada à cidade. O topônimo foi motivado pela tonalidade escura do ouro. O primeiro nome da cidade foi Vila Rica. Depois, Vila Rica de Albuquerque, por causa do Capitão General Antônio de Albuquerque Coelho Carvalho, então governador das capitanias de Minas e São Paulo e, posteriormente, “Vila Rica de Nossa Senhora do Pilar”, em homenagem à padroeira da cidade”. Segundo Hermes Vieira (1949), antes de ser chamada de Vila Rica, a região era conhecida como São João Batista de Ouro Preto, ou seja, antes de 1711 data que marca a fundação da vila (VIEIRA, 1949, p:29). O padre João Faria de Fialho, que também era bandeirante, “fez a sua tropa” e descobriu outros rios auríferos, desse modo, ergueram-se capelas nas imediações da Serra do Ouro Preto, entre elas a que o padre Faria dedicou a São João Batista, em razão do achado no dia do Santo.

Resgate memorialístico oral:

1. “[...] porque o ouro encontrado aqui era preto, diferente do de outras minas” (JAVF41F).
2. “[...] porque ouro geralmente é amarelo, dourado...aqui foi por causa da cor escura” (MPM76F).

Fonte

Album Chorographico.(1927). Recuperado de: <http://www.albumchorographico1927.com.br/texto/estudo-critico-toponimia>.

Cunha, A. G. (2010). *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Lexikon, Vieira, H. (1949). *Ouro Preto: o homem e a época*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

Ficha nº2 – “Antônio Dias”

Topônimo: ANTÔNIO DIAS

Natureza: antropocultural

Classificação taxonômica e sua justificativa: antropotopônimo: topônimo relativo ao nome próprio individual, sem títulos ou qualquer outra identificação que não seja, apenas, o nome da pessoa.

Estrutura morfológica do sintagma toponímico: elemento específico composto.

NCm [Antrop + (Ort)]

Origem: língua portuguesa (cf. Machado, 1984)

Motivação Toponímica: Antônio Dias de Oliveira é um bandeirante paulista que, conforme a narrativa da época, foi quem avistou o pico do Itacolomi, referência deixada pela expedição antecessora que havia encontrado o “granito de cor escura” no ribeirão Tripuí em 1698. Após a descoberta, Antônio Dias e sua bandeira se estabeleceram na região formando o arraial dos primeiros povoadores de Ouro Preto, que recebeu o seu nome e perdura até os dias atuais.

Variação: Arraial do Antônio Dias> Freguesia da Vila da Conceição do Antônio Dias> Nossa Senhora da Conceição do Antônio Dias> Antônio Dias.

Conhecimento Enciclopédico: Narra Antonil (2011[1711]) “[...] começaram a descobrir as minas gerais dos Cataguás, governando o Rio de Janeiro Artur de Sá; e o primeiro descobridor dizem que foi um mulato que tinha estado nas minas de Paranaguá e Curitiba [...] (ANTONIL, 2011 [1711], p:220). Esse mulato descrito por Antonil foi ao sertão junto com paulistas, e chegando “[...] ao cerro Tripuí desceu abaixo com uma gamela para tirar água do ribeiro que hoje chamam do Ouro Preto, metendo a gamela na ribanceira para tomar água, e roçando-a pela margem do rio, viu depois que nela havia granitos da cor do aço [...], sem conhecer a natureza das pedras encontradas, eles as levaram à Taubaté e venderam a Miguel de Sousa “por meia pataca a oitava, sem saberem eles o que vendiam, nem o comprador que coisa comprava, até que se resolveram a mandar alguns dos granitos ao governador do Rio de Janeiro, Artur de Sá; e, fazendo-se exame deles, se achou que era ouro finíssimo” (ANTONIL, 2011 [1711], p:220). De acordo com Bandeira (1967), depois que retornaram à Taubaté, o Itacolomi ficou sendo a referência que orientava os batedores de ouro para o recinto do Tripuí, sendo que as primeiras bandeiras não encontraram o pico. Antônio Dias de Oliveira, em vez de penetrar pela Itavera, como tinham feito os predecessores, teve a ideia de entrar por onde os primitivos caçadores de índios haviam saído. “Ora, ora, era da saída, e não da entrada do vale do Tripuí, que se podia divisar a famosa pedra na feição assinalada pelos

descobridores”. (BANDEIRA, 1967, p:18, grifo nosso). “[...] Assim dormiram ao clarão protetor dos fogos. Era véspera de S. João, em 1698. No dia seguinte, ao alvorecer, o céu estava limpo, e do outro lado do vale o perfil inconfundível da pedra se recortava nítido na primeira luz da manhã, como um milagre do santo.” (BANDEIRA, 1967, p: 18). “[...]Em distância de meia légua o ribeiro do Ouro Preto, achou-se outra mina, que se chama a do ribeiro de Antônio Dias [...]” (ANTONIL, 2011 [1711], p:220). “Seu primeiro cuidado foi construir capelas que marcavam o centro de nascentes arraiais” (MENEZES, 1975, p:13); mais tarde, com a construção da Matriz, em 1717, o bairro passou a ser denominado Antônio Dias.

Resgate memorialístico oral:

1. “[...] bandeirante paulista que encontrou ouro e mudou-se pra cá, dono de muitas terras na região ” (EDTF66F).
2. “[...] paulista desbravador que descobriu o ouro de Ouro Preto” (GCM66M).
3. “[...] veio a mando do rei de Portugal procurar ouro e achou no lugar que tem o nome dele” (MPM76F).
4. “[...] bandeirante que achou ouro e ficou muito rico em Ouro Preto” (AMDS86F).

Fonte

Bandeira, M. (1967). Guia de Ouro Preto. Rio de Janeiro. Editopra Tecnoprint.

Antonil, A. J. (2011[1711]). *Pelas minas de ouro: Cultura e opulência do Brasil*. Brasília: Senado Federal.

Machado, J.P. (2003). *Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa*. Lisboa: Horizonte/ Confluência.

Ficha nº 3 – “Pilar”

Topônimo: PILAR

Natureza: antropocultural

Classificação taxonômica e sua justificativa: mariotopônimo. Topônimos motivados por inovações à Virgem Maria.

Estrutura morfológica do sintagma toponímico: elemento específico simples.

NSf [Ssing]

Origem: língua portuguesa (cf. Cunha, 2010)

Motivação toponímica: Para muitos autores, a devoção à Nossa Senhora do Pilar foi trazida para Ouro Preto por meio da bandeira de Bartolomeu Bueno. Conforme Lima Júnior (2008), “A precursora das imagens de Nossa Senhora do Pilar em Minas foi entretanto a do arraial do Ouro Preto, que deverá ter vindo de São Paulo na bandeira de Bartolomeu, pois tem modelo de escultura castelhana do século dezessete” (LIMA JÚNIOR, 2008, p:54). Contudo, na obra Nossa Senhora do Pilar um culto emboaba: nova história de Minas Gerais (1700-1720), de autoria de José Efigênio Pinto Coelho, publicada em 1991, após a restauração da Capela do Senhor Bom Jesus da Flores do Taquaral, o autor expõe a descoberta de uma pintura de Nossa Senhora do Pilar, no forro da capela- mor, em 1977. Segundo Coelho (1991), “o fato foi comentado e depois caiu no esquecimento” (COELHO, 1991, p:15). No decorrer da obra, o autor procura comprovar a sua tese por meio de documentos, como o texto extraído do Santuário Mariano, em que Frei Miguel de São Francisco relata a construção de uma capela dedicada à Pilar cuja inauguração ocorreu em 1710, ou seja, data que antecede a edificação da ermida no arraial do Ouro Preto (atual N. S. do Pilar), construída após a criação de Vila Rica, em 1711. Para o autor, a primeira capela dedicada à Pilar, em Vila Rica, foi levantada por Manuel Nunes Viana, “quando instalou seu governo na Serra de Ouro Preto, reduto de Pascoal Silva, levantou um templo como agradecimento pela vitória contra os paulistas [...]” (p: 61). Citando Paulo F Santos e seu trabalho sobre “as capelinhas da Serra do Ouro Preto”, o autor argumenta a respeito da raridade dessa capela no Brasil, porém, nas regiões de Trás-os-Montes e do Minho em Portugal, são bastantes comuns” (COELHO, 1991, p: 61). Coelho (1991) argumenta, ainda, que Lima Júnior aponta a introdução do culto à Pilar pelos paulistas, mas não “cita suas fontes, dificultando a discussão do assunto, que é pouco estudado, mas suficiente para o surgimento de minha tese de que não foram os bandeirantes paulistas que fundaram a primeira Capela de Nossa Senhora do Pilar, o que discuti antes, concluindo não ser a verdade” (COELHO, 1991, p:78). O autor acrescenta, ainda, que a chegada da Santa pela Bahia corrobora a tese de que os emboabas que disseminaram o culto e não Bartolomeu Bueno, de Taubaté (p:78). A construção da Matriz do Pilar iniciou entre 1728 e 1730, uma capela construída em madeira e taipa, nos primeiros anos do século XVIII. Este templo primitivo tinha uma posição invertida, com a fachada principal voltada para o lado oposto ao da atual matriz, em razão dos ventos que apagavam as velas e prejudicava a saúde dos fiéis, conforme Lima Junior (2008). Já para Megale (1986), a história de Nossa Senhora do Pilar se remete à evangelização da Península Ibérica pelo Apóstolo Tiago, filho de Zebedeu e, ao contrário das outras não foi primeiramente difundida em Portugal, mas foi introduzida diretamente no Brasil.

Variação: Fundo de Ouro Preto> Ouro Preto> Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto> Nossa Senhora do Pilar> Pilar.

Conhecimento Enciclopédico: De acordo com a tradição católica, a venerada Virgem Maria esteve em Zaragoza (Espanha) a fim de consolar o Apóstolo São Tiago, pregador do Evangelho, que diante da perseguição de incrédulos “invocou a proteção da Santíssima Virgem, que nesse tempo ainda vivia em Jerusalém e Maria salvou, com todos os seus discípulos, por intermédio de Anjos. A Virgem Santíssima mandou-lhe por um Anjo a ordem de ir à Galícia, pregar ali a fé e depois voltar”. Em uma noite, enquanto rezava próximo a um rio pediu a Deus um direcionamento e suplicou também à Virgem Santíssima “que o ajudasse a pedir luzes e auxílio do Filho, que certamente não lhe negaria”. [...] apareceu por cima do Apóstolo um esplendor no céu e Anjos que entoavam um magnífico canto e transportavam uma coluna resplandecente, que da base projetava um raio fino de luz sobre um lugar, alguns passos distantes de Tiago, como para indicar esse ponto. A coluna tinha um brilho vermelho, era atravessada por muitas veias, muito alta e delgada, terminando em cima como um lírio, que se abre em línguas de luz, das quais uma raiava longe, em direção a Compostela, a oeste, as outras, porém, para as regiões próximas (Formando assim um pilar). A devoção a Nossa Senhora do Pilar tem origem na Espanha e corresponde a um título da Virgem Maria. De acordo com Carvalho (2014, p:523), “[...] em Portugal, nunca foi popular, o que talvez se deva às constantes lutas e à rivalidade entre os dois países [...]”. Segundo ainda Carvalho (2014, p: 525), [...] a precursora das imagens de Nossa Senhora do Pilar em Minas Gerais foi a do arraial de Ouro Preto, que deve ter chegado ali na bandeira de Bartolomeu Bueno, pois seu modelo é de escultura castelhana do século XVII. Em 1696 iniciou-se a construção de uma pequena ermida a ela dedicada, e que foi substituída pela atual matriz da histórica cidade, em torno da qual se desenvolveu o antigo arraial de Vila Rica. De acordo com Lima Júnior (2008), no norte de Portugal existe uma imagem de pedra da Senhora do Pilar que data do século XII reverenciada pela comunidade da Aldeia de São João de Rei. Conforme Lima Júnior (2008, p:51-52): Provavelmente ainda do tempo do Ducado portugalense, num burgo fortificado do Norte de Portugal, numa arcaica capela de estilo romântico, datando não se sabe de quando, foi dar uma imagem de pedra da Senhora, de três ou quatro palmos sobre o seu Pilar característico, em tudo, cópia fiel da original que se venera na monumental igreja de Saragossa. Esse local é a aldeia de nome São João de Rei. Para desfazer dúvidas no espírito dos que não conhecendo a matéria duvidam dos que estudam com afinco, vamos dar fonte impressa do que sabemos sobre o assunto e dizer que estivemos na pequena e velha aldeia portuguesa, galgando a subida penosa, por verificarmos, desde logo, que dali saíra a denominação de nossa histórica cidade de São João del Rei, que acrescentou um L ao De, por atual corruptela de linguagem dos contemporâneos de sua fundação [...] [...] no monte de Castro por cima da igreja matriz há ruínas de fortificações romanas. A imagem de Nossa Senhora do Pilar de São João de Rei é reconhecida como obra do século doze. Muitos séculos passaram antes, que na Vila de Lanhoso viainha e sede municipal de São João de Rei se erguesse um outro templo para venerar a Virgem do Pilar.

Resgate memorialístico oral:

1. “[...] *uma das aparições de Maria, não sei o porquê de Pilar, acho que por ela ser quem sustenta a Igreja*” (TM39M)
2. “[...] *Nossa Senhora, mãe de Deus, padroeira de Ouro Preto*” (GSM43F).
3. “[...] *invocação à Maria, porque ela apareceu a um apóstolo em cima de um pilar*” (MPM76F).
4. “[...] *Santa que tinha o nome de Pilar trazida pelos paulistas*” (AMDS86F).

Fonte

Carvalho, A. P. M. A. (2014). *Hagiotoponímia em Minas Gerais*. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas, Faculdade de Letras.

Megale, N. B. (2002). *Santos do povo brasileiro*. Petrópolis: Vozes.

Paróquia Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto. (2021). Recuperado de: <http://www.pilarouropreto.com.br>.

Lima, A. Jr. (2008). *História de Nossa Senhora em Minas: origem das principais invocações*. Belo Horizonte, Autêntica Editora/Editora PUC Minas.

Cunha, A.G. (2010). *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Lexikon.

Coelho, J. E. P. (1991). *Nossa Senhora do Pilar um culto emboaba: nova história das Minas Gerais 1700 -1720*. Ouro Preto: Imprensa Universitária UFOP.

Conforme Seabra (2004, p:54), as fichas não só organizam e possibilitam o exame detalhado do topônimo, como pôde ser verificado nesta seção, como também auxiliam e

possibilitam a análise particularizada do topônimo, “com informações que o integram à sociedade e à cultura”, desse modo, elas operam além das funções classificatória e de nomenclatura.

Apresentadas as fichas lexicográfico-toponímicas de Ouro Preto e dos dois mais antigos bairros da cidade, com informações pertinentes dos topônimos, na próxima e última seção, discorreremos sobre as considerações finais obtidas por meio da realização deste estudo.

Considerações finais

O presente trabalho teve como objetivo apresentar o traço toponímico dos dois bairros mais antigos de Ouro Preto/MG, a fim de resgatar a memória cultural do Município. Para isso, discorreremos a respeito da Toponomástica enquanto um ramo dos estudos linguísticos, mais especificamente, dos estudos onomásticos da língua, que se ocupa dos nomes próprios de lugares. Para a análise dos dados desta pesquisa, tomamos como suporte teórico-metodológico as orientações de Dick (1990) que inclui a sua proposta de classificação taxonômica composta por 27 taxes, divididas em 11 de natureza físicas e 16 de natureza antropoculturais, para mostrar as principais motivações toponímicas referentes à escolha dos topônimos ouro-pretanos mais antigos. A partir da investigação, apontamos as considerações a seguir: i) o mariotopônimo (subclassificação dos hierotopônimos que diz respeito às invocações de Nossa Senhora) e o antropotopônimo representam as principais motivações dos designativos analisados; ii) a prevalência da língua portuguesa na nomeação dos arraiais baliza as presenças do colonizador e do bandeirante na região; iii) em relação à estrutura morfológica, os dois topônimos são classificados como compostos, visto que apresentam mais de um item formante em sua estrutura.

Com esta pesquisa, foi possível perceber que os estudos toponímicos, por intermédio da inter-relação léxico, cultura, história e memória fornecem pistas para o resgate de aspectos históricos e religiosos da região e da sociedade em que estiveram e estão inseridos os topônimos. Assim, por meio da investigação da toponímia urbana de Ouro Preto, que combinou pesquisa documental e em campo, buscou-se recuperar os contextos histórico, cultural e social a partir do exame das denominações dos arraiais que se formaram e, posteriormente, transformaram-se em bairros, numa perspectiva histórica. Nessa linha de raciocínio, um topônimo opaco no recorte sincrônico poderá passar a ser transparente, isto é, torna-se possível relacionar significante e significado ao trazermos à tona as informações subjacentes aos nomes, bem como em que situação um nome foi atribuído a um acidente físico. Portanto, o estudo dos

topônimos contribui para a compreensão de algumas características de uma sociedade, tanto no que diz respeito à configuração geográfica quanto aos aspectos históricos, econômicos, sociais, religiosos, entre outros, sobretudo de uma sociedade que possa ter desaparecido com o tempo.

Ademais, ao considerarmos que o léxico é o aspecto linguístico que mais repercute a cultura de uma sociedade, sendo o topônimo parte do léxico de uma língua, apoiar-se em um conjunto lexical de nomes atribuídos a lugares é uma importante forma de escrutinar e refletir sobre aspectos socioculturais de uma determinada comunidade linguística. É por meio das palavras de uma dada língua que os seus falantes/escreventes manifestam sua história, memória, crenças, suas ideologias e dividem informações sobre o meio que os cercam. Destarte, o léxico não está dissociado da cultura de uma sociedade.

Muitas vezes, fatos desconhecidos principalmente pelos moradores mais jovens e pela maioria da população são transportados nos nomes dos lugares, além de nessas denominações reverberarem sentimentos como o religioso, afetivo e o de pertencimento para uma comunidade, assim, o léxico onomínico é o veículo pelo qual se manifestam as práticas e costumes de uma sociedade, além de transmitir a cultura às novas gerações.

As principais bibliografias de historiadores que escreveram sobre a região onde os topônimos se formaram, juntamente com as análises dos registros das entrevistas de moradores dos bairros, contribuíram, a princípio, para a percepção de que história e memória se complementam, visto que muitos acontecimentos e experiências do cotidiano de um povo não são relatados em documentos oficiais, mas podem ser recuperados via tradição oral. Assim, há episódios não registrados de forma convencional, o que beneficia àqueles que detiveram o poder, além de corroborar o apagamento dos acontecimentos intrínsecos às relações de domínio e posse estabelecidos na ocupação e fixação de um território.

No período da colonização principalmente, a multiplicidade de línguas e culturas coexistentes deram origem à variedade da língua portuguesa no Brasil. No que diz respeito à toponímia mineira, particularmente, a ouro-pretana, apesar de línguas e culturas se intercruzarem e, por isso, interinfluenciarem-se em pontos diversificados, a configuração da toponímia nos mostra a sobreposição de uma língua e cultura em detrimento às outras. No contexto de Vila Rica/Ouro Preto, apesar da primitiva habitação indígena e, mais tarde, a ocupação africana, prevalece nas denominações dos bairros oriundos dos primeiros núcleos de povoação constituídos, elementos da cultura portuguesa como também relativos às práticas, costumes e crenças do bandeirante, que sinalizam as relações de poder instauradas na sociedade e imbricadas nos processos de nomeação, sendo assim, consubstanciados no nome.

Considerações a respeito da configuração da toponímia urbana ouro-pretana reporta às raízes da formação da sociedade cujas denominações refletem à realidade na medida em que é possível perceber a herança lusitana e bandeirista superando a influência indígena, africana e de outras línguas. Portanto, nos projetos de colonização, as denominações dos futuros bairros indicaram e implicaram posse da terra, além de revelar as pretensões de domínio do espaço no processo de nomeação.

Com a realização da pesquisa, percebeu-se também que nem sempre história e memória andam na mesma direção, visto que sobre a segunda perpassa também o mítico, o imaginário e outros elementos da cultura de um grupo. Desse modo, ao circularem pela tradição oral, as narrativas sofrem mudanças em razão da atribuição de valores que a concede novas leituras do passado. Em se tratando de Vila Rica/Ouro Preto, a cobiça pelo ouro é um fator preponderante e desencadeador da coragem e da motivação para o desbravamento de terras recém-descobertas. A abundância do metal determinou a denominação da Vila enfocada na presença e na característica do metal, ou seja, coberto por uma camada de óxido de ferro, que o distinguia dos encontrados em outras terras das Minas, e perpetuou o designativo Ouro Preto. Além disso, outros elementos motivaram o processo denominativo, como a forma de governo implementada e o exercício do poder ao considerarmos a passagem do Estado absolutista até a Proclamação da República: Vila Rica de Albuquerque, Vila Rica de Nossa Senhora do Pilar, Imperial cidade de Ouro Preto, Ouro Preto. Ademais, a fé católica, as pessoas que estiveram à frente das expedições, a configuração geográfica e a paisagem local impulsionaram as escolhas denominativas dos primeiros arraiais que se formaram na região, cuja maioria se mantém nos bairros reverberando o resgate da memória e suporte da tradição.

Recebido em 08/06/2022

Aceito em 30/07/2022

Publicado em *ahead of print* 30/07/2022

Referências

Amaral, E. T. R.; Seide, M. S. (2020). *Nomes próprios de pessoa: introdução à antroponímia brasileira*. São Paulo: Blucher.

Andrade, K. S. (2013). Atlas Toponímico do Tocantis (ATT): Criação de um software para a catalogação dos dados das fichas lexicográfico-toponímicas. *Percursos Linguísticos*, 3(7), 29–41. Recuperado de <https://periodicos.ufes.br/percursos/article/view/3902> .

Andrade, K. S. (2017). O lugar nos estudos toponímicos: reflexões. Belo Horizonte: *Revista de Estudos da Linguagem*. 25 (2), 585-607.

Recuperado de <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/9547/pdf>

Antonil, A. J. (2011). *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Brasília: Senado Federal. Recuperado de <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/222266> .

Paróquia de Nossa Senhora do Pilar (2019). Arquidiocese de Ouro Preto. Recuperado de <https://pilarouopreto.com.br/>.

Bandeira, M. (1967). *Guia de Ouro Preto*. Rio de Janeiro: Editora Tecnoprint.

Biderman, M.T.C. (2001). *Teoria lingüística*. São Paulo: Editora Martins Fontes.

Biderman, M.T.C. (1998). Dimensões da palavra. In *Filologia e língua portuguesa*, São Paulo: Humanitas Publicações/FFLCH/USP, (2), 81-118.

Biderman, M. T. C. (2006). O conhecimento, a Terminologia e o dicionário. In: *Ciência e Cultura*. (58), São Paulo.

Biderman, M. T. C. (2001). *Teoria Linguística. Teoria lexical e linguística computacional*. São Paulo: Martins Fontes.

Bohrer, A. (2013). Jacubas e Mocotós. *O Liberal*. Ouro Preto.
Recuperado de <http://antigo.jornaloliberal.net/artigo/jacubas-e-mocotos/>

Bynon, T. (1981). *Linguística Histórica*. Madrid: Editorial Gredos). Tradução de Historical Linguistics. Cambridge (Cambridge University Press). Recuperado de [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4411427/mod_resource/content/0/FARACO%2C Carlos Alberto - Linguística Histórica.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4411427/mod_resource/content/0/FARACO%2C%20Carlos%20Alberto%20-%20Linguística%20Histórica.pdf)

Carvalho, A. P. M. A; Seabra, M. C. T. C. (2018). As invocações de Nossa Senhora no léxico toponímico de Minas Gerais: do passado ao presente. In: *Aparecida Negri Isquerdo; Giselle Olivia Mantovani Dal Corno. (Org.). As Ciência do Léxico. Lexicologia. Lexicografia. Terminologia*. Campo Grande: Editora da UFMS, (8), 73-90.

Carvalho, A. P. M. A. (2014). *Hagiotoponímia em Minas Gerais*. Tese (Doutorado em Linguística Teórica e Descritiva) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG.

Dauzat, A. (1926). *Les noms de lieux*. Paris: Delagrave.

Dias, L. F.; Silva, E. E. R. R (2015). Formas nominais designativas na constituição do perfil feminino: uma abordagem enunciativa. *Revista (Con) Textos Linguísticos*, UFES, (9), 149.

De Sousa, A. M., & Dargel, A. P. T. P. (2020). Onomástica: interdisciplinaridade e interfaces. *Revista GTLex*, 3(1), 7–22. Recuperado de <https://doi.org/10.14393/Lex5-v3n1a2017-1>

Dick, M. V. de P. do A. (2000). Atlas Toponímico do Brasil: teoria e prática II Trama, 3(5), 141–155. Recuperado de <https://e-revista.unioeste.br/index.php/trama/article/view/965/828>

Dick, M. V. de P. do A. (2001). O sistema onomástico: bases lexicais e terminológicas, produção e frequência. In: *OLIVEIRA, Ana M. P. P.; ISQUERDO, Aparecida Negri (Orgs.). As*

ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia. 2. ed. Campo Grande: UFMS. Recuperado de

<https://www.fclar.unesp.br/Home/Instituicao/Administracao/DivisaoTecnicaAcademica/ApoiamentoEnsino/LaboratorioEditorial/serie-trilhas-linguisticas-n32---e-book.pdf>

Dick, M. V. P. A. (1996). *A dinâmica dos nomes na toponímia da cidade de São Paulo*. São Paulo: Annablume.

Dick, M. V. P. A. (1995). O léxico toponímico: marcadores e recorrências linguísticas (Um estudo de caso: a toponímia do Maranhão). *Revista Brasileira de Linguística*, São Paulo, 1 (8), 69-67.

Dick, M. V.P. A. (1992). *Toponímica e Antroponímia no Brasil. Coletânea de Estudos*. 3a. ed. São Paulo: Serviços de Artes Gráficas da FFLCH, USP.

Dick, M. V. P. A. (1990). *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo. Edições Arquivo do Estado.

Dick, M. V. P.A. (1980). *A motivação toponímica: princípios teóricos e modelos taxonômicos*. Tese (Doutorado). São Paulo: USP.

Duranti, A. (2000). *Antropología Lingüística*. Madrid: Cambridge University Press.

Faria, G. C. S. (2017). *Tradição e Memória: um estudo antroponímico dos nomes de logradouros da cidade de Ponte Nova – Minas Gerais*. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG.

Frege, G. (2009). Sobre o sentido e a referência. In: *FREGE, Gottlob. Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo: EDUSP, 2009

Goulart, E. M. A. (2009). *O Caminho dos Currais do Rio das Velhas: a Estrada Real do Sertão*. Belo Horizonte: Coopmed,

Guiraud, P. (1980). *A semântica*. Trad. e adapt. Maria Elisa Mascarenhas. São Paulo: Difel.

Isquerdo, A. N. (2012). O Nome do município. Um estudo etnolinguístico e sóciohistórico na toponímia sul-mato-grossense. *Prolíngua* (2). Recuperado de <https://periodicos.ufpb.br/index.php/prolingua/article/view/13403>

Isquerdo, A. N. (1997). A Toponímia como signo de representação de uma realidade. Fronteiras. *Revista de História* (UFMS), Campo Grande.

Jerônimo, A. T. (1967). *Lendas, Tradições e Costumes de Ouro Preto*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial.

Jespersen, O. (1965). *The philosophy of grammar*. New York: WW Norton e Company Inc, The Norton Library.

Lima, A., Jr. (1996). *Vila Rica do Ouro Preto: síntese histórica e descritiva*. Rio de Janeiro: EGL Editora.

Lima, A., Jr. (1965). *A Capitania das Minas Gerais (origens e formação)*. Belo Horizonte: Edição do Instituto de História, Letras e Artes.

Lima, A., Jr. (1962). *As primeiras Vilas do Ouro*. Belo Horizonte: Santa Maria.

Lima, A., Jr (1978). *A Capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte. Itatiaia.

Lyons, J. (1982). *Lingua(gem) e Lingüística: Uma Introdução*. Rio de Janeiro: Zahar Editores,

Lyons, J. (1977). *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press.

Mansur Guérios, R. F. (1973). *Dicionário Etimológico de Nomes e Sobrenomes*. São Paulo: Edit. Ave Maria.

Megale, N. B. (2003). *O livro de ouro dos santos: vida e milagre dos santos mais populares no Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro.

Megale, N. B. (1986). *Cento e doze invocações da Virgem Maria no Brasil: História iconografia-folclore*. Petrópolis: Vozes.

Megale, N. B. (1980). *Invocações da Virgem Maria no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Vozes.

Sapir, E. (1969). A linguagem: introdução ao estudo da fala. *Linguística como ciência. Ensaio*. São Paulo: Livraria Acadêmica, 43-62.

Saussure, F. (1975). *Curso de Linguística Geral*. Trad. Antônio Chelini, José Paulo Paes, Isidoro Blikstein. Cultrix, São Paulo.

Seabra, M.C.C.T. (2004). *A formação e a fixação da língua portuguesa em Minas Gerais: a toponímia da Região do Carmo*. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos). Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG.

Seabra, M.C.C.T; Isquendo, A. N. (2018). A onomástica em diferentes perspectivas: resultados de pesquisas. *Revista de Estudos da Linguagem*, 3(26), 993-1000.

Seabra, M.C.C.T. (2006). Referência e onomástica. In: *Múltiplas perspectivas em linguística: Anais do XI Simpósio Nacional e I Simpósio Internacional de Letras e Linguística (XI SILEL)*. Uberlândia: ILEEL, 1953-1960.

Ullmann, S. (1965). *Semántica: introducción a la ciencia del significado*. Tradução: J. M. R. Werner. Madrid: Aguilar.